

A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE ANGICAL EM PARANÃ-TO FRENTE ÀS ADVERSIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Silvaldo Quirino Tavares

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil
silvaldo@mail.uft.edu.br

Marcileia Oliveira Bispo

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil
marcileia@uft.edu.br

Resumo

A Comunidade Angical localizada no município de Paranã no estado do Tocantins, enfrenta diferentes adversidades em suas práticas produtivas e, conseqüentemente, em sua reprodução social dentro do seu modo de vida. Os problemas centrais são os conflitos territoriais e as estiagens prolongadas em conjunto com a ineficiência das políticas públicas no campo. Considerando estes aspectos, este trabalho propõe analisar as adversidades ambientais e sociais, bem como discutir os elementos socioespaciais de resistência do referido grupo social no enfrentamento de tais adversidades. O procedimento para o desenvolvimento da pesquisa consistiu em revisão bibliográfica, análise de documentos de instituições públicas e em trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas. Com base nos estudos realizados foi possível perceber que a situação do grupo social estudado necessita de posicionamento do poder público para o enfrentamento das adversidades bem como do acesso da comunidade às políticas públicas voltadas à assistência dos camponeses.

Palavras-chaves: Camponês; Resistência; Elementos Socioespaciais.

THE RESISTANCE OF THE ANGICAL COMMUNITY IN PARANÃ-TO IN FACE OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ADVERSITIES

Abstract

The Angical Community located in the city of Paranã in the state of Tocantins, faces various adversities in their productive practices and, as a consequence, in its social reproduction with in its way of life. The central problems are territorial conflicts and the prolonged dry season to get her with the inefficiency of public policies in the countryside. Considering these aspects, this work proposes to analyze the environmental and social adversities, as well as to discuss the socio-spatial elements of resistance of the referred social group in the confrontation of such adversities. The procedure for the development of this research was the review of the literature, analysis of documents from public institutions and in field research with semi-structured interviews. Based on the studies performed, it was possible to realize that the situation of the searched social group needs a positive attitude from the public authorities to face adversities as well as the community's access to public policies toward assistance of peasants.

Keywords: Peasant; Resistance; Socio-spatial elements.

LA RESISTENCIA DE LA COMUNIDAD ANGICAL EN PARANÃ-TO FRENTE A LAS ADVERSIDADES SOCIALES Y AMBIENTALES

Resumen

La Comunidad Angical situada en el municipio de Paranã, en el estado de Tocantins, se enfrenta a diferentes adversidades en sus prácticas productivas y, en consecuencia, en su reproducción social

dentro de su forma de vida. Los problemas centrales son los conflictos territoriales y las sequías prolongadas junto com la ineficiencia de las políticas públicas em el campo. Teniendo en cuenta estos aspectos, este documento propone analizarlas adversidades ambientales y sociales, así como discutir los elementos socioespaciales de resistencia de este grupo social para hacer frente a tales adversidades. El procedimiento para el desarrollo de la investigación consistió em la revisión bibliográfica, el análisis de documentos de instituciones públicas y em el trabajo de campo con entrevistas semiestructuradas. Sobre la base de los estudios realizados, fue posible percibir que la situación del grupo social estudiado necessita del posicionamiento de las autoridades públicas para hacer frente a las adversidades, así como el acceso de la comunidad a las políticas públicas encaminadas a la asistencia de los campesinos.

Palabras clave: Campesino; Resistencia; Elementos socioespaciales.

Introdução

A Comunidade Angical está localizada em Paranã no estado do Tocantins. Seu processo de formação territorial tem como ponto de partida a chegada dos primeiros camponeses na área, na primeira metade do século XX, à procura de terra produtiva. A partir desse momento houve o crescimento gradativo do número de famílias que chegou a 43 até meados de 2017.

Os camponeses membros comunidade enfrentam diferentes adversidades em suas práticas produtivas e, conseqüentemente, na reprodução social do grupo. Tais adversidades não são específicas da referida comunidade, já que algumas ocorrem em basicamente todo o município, como por exemplo a questão das estiagens prolongadas em conjunto com a ineficiência das políticas públicas no campo.

Entretanto, a forma de lidar com tais problemas e manter a resistência diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano é algo que pode variar de um grupo social para outro. Desse modo, o grupo em estudo apresenta elementos de resistência inerentes ao modo de vida camponês. Tratam-se recursos de sustentação da comunidade e de resistências aos fatores desfavoráveis. Parte-se do pressuposto que:

[...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, luta para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001a, p. 185).

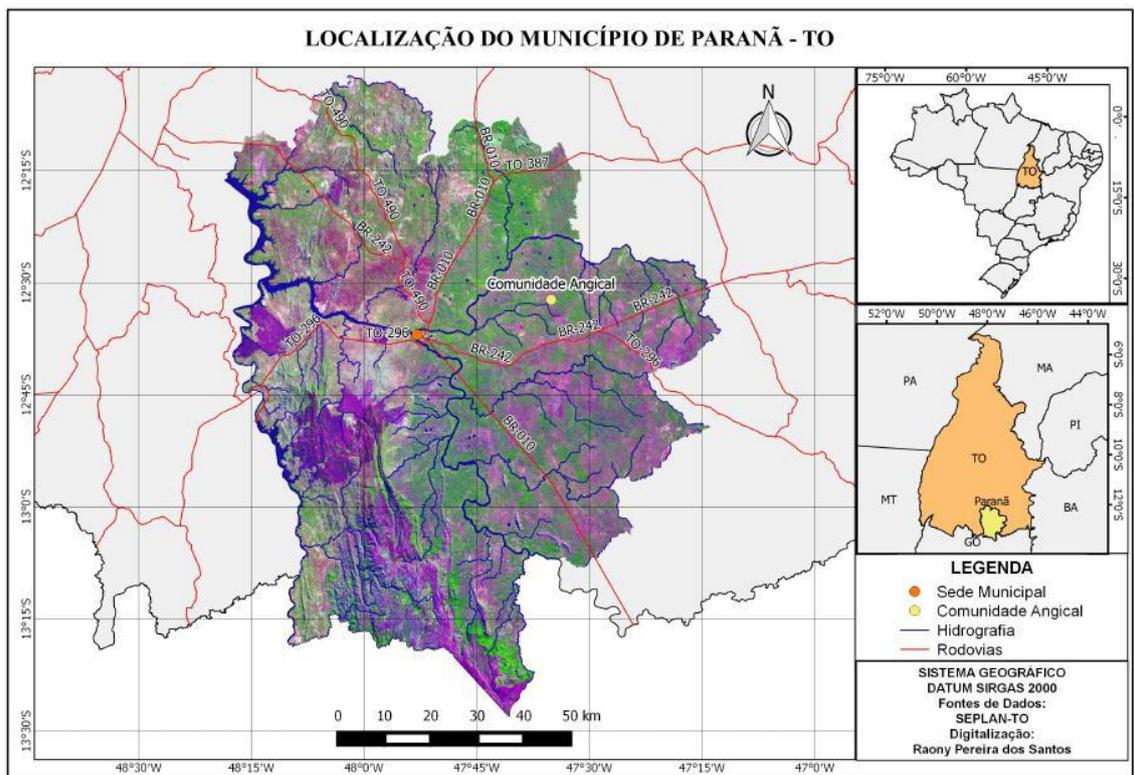
No que refere às adversidades sociais o foco maior da pesquisa foi a questão dos conflitos territoriais e a falta de políticas públicas eficazes voltadas aos trabalhadores rurais no município de Paranã. São fatores que afetam diretamente as condições de vida na

Comunidade Angical. Dessa forma, percebe-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre estes aspectos.

De acordo com o IBGE (2010), Paranã é uma cidade histórica do Tocantins situada na Região Sudeste do estado. Paranã deixou de ser considerada uma vila e foi elevada à categoria de cidade em 05 de outubro de 1857. É o segundo município em área territorial no Tocantins tendo 11.260.216 km², conforme o IBGE (2010). Conforme o mesmo órgão, Paranã tem uma população de 10.338 habitantes, com densidade demográfica de 0,92 hab/km², sendo 54,3% residentes no campo. Tem como principal atividade econômica a criação de gado (pecuária). O cultivo de vegetais (agricultura) é menos significativo, mesmo assumindo grande importância.

Já a Comunidade Angical é situada na parte centro-leste do município na latitude 12° 32' 15" S e longitude 47° 35' 05" W (Mapa 1). Nela manifestam as principais características da organização do espaço agrário no município de Paranã. Presenciam-se as realidades físico-ambientais e sociais, englobando o processo de reprodução do espaço, os conflitos territoriais e as principais demandas socioeconômicas do campo.

Mapa 1- Localização da área da pesquisa



Fonte: TAVARES, 2017.

Não vemos, neste estudo, as condições ambientais como determinantes das ações sociais, mas elas têm diversas implicações nas condições de reprodução social no modo de vida camponês, sobretudo no que diz respeito às atividades produtivas agrícolas básicas. O fator climático é o mais preocupante no que diz respeito à força produtiva de um grupo tradicional em que o trabalho é baseado na mão de obra familiar e sem haver recursos tecnológicos. Portanto, a discussão avança refletindo sobre estas adversidades, presentes na comunidade em estudo.

Considerando estes aspectos, este trabalho, que é parte de uma dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2018, propõe analisar as adversidades ambientais e sociais, bem como discutir os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã- TO no enfrentamento de tais adversidades.

O procedimento para o desenvolvimento da pesquisa consistiu em revisão bibliográfica através de diversas fontes textuais da literatura inerente ao tema, juntamente com a análise de documentos de instituições públicas federais, estaduais e municipais. Outra etapa foi o trabalho de campo em 2017 e 2018. Como parte desta etapa 25 famílias foram entrevistadas, sendo aplicados 19 formulários objetivos e realizadas seis entrevistas semiestruturadas. Elas ocorreram com uso de gravador, com os moradores mais antigos da Comunidade Angical que concordaram em participar.

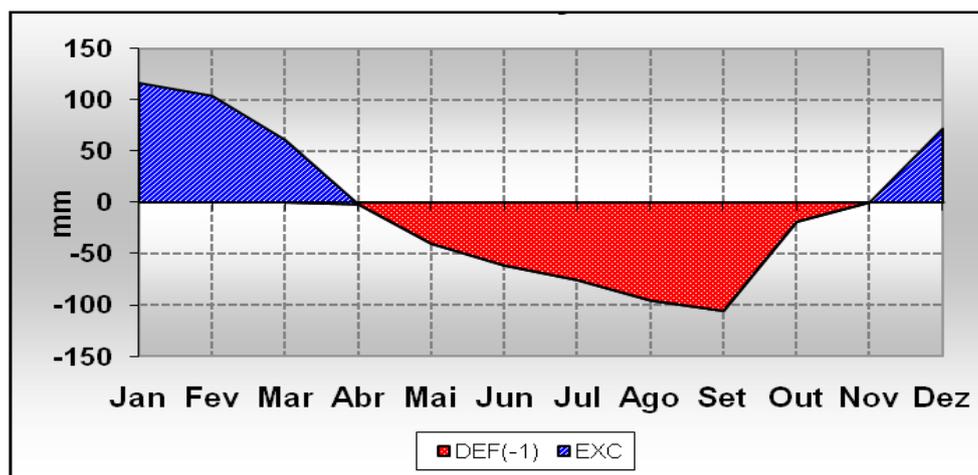
Sistematizando os resultados das pesquisas bibliográfica e empírica e aprofundando na discussão e na reflexão sobre a questão aqui tratada, este texto é organizado em duas partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte trata das “adversidades sociais e ambientais na Comunidade Angical” e a segunda aborda os “elementos essenciais de resistência às adversidades sociais e ambientais na Comunidade Angical”.

Adversidades sociais e ambientais na Comunidade Angical

Dentre as adversidades ambientais presentes na Comunidade Angical, que não são exclusivas de lá no município de Paranã, destacam-se as estiagens prolongadas que ocorrem frequentemente. De acordo com os camponeses entrevistados esta situação afeta intensamente as atividades agrícolas, pois os períodos chuvosos têm sido muito curtos em

comparação como os períodos secos. Este fato é constatado também nos resultados de estudos hidrogeológicos realizados na Região Sudeste do Tocantins em 2010, em que o balanço hídrico, representado no gráfico 1, mostra deficiência hídrica em oito meses do ano, de abril a novembro em Paranã- TO.

Gráfico 1- Extrato do balanço hídrico mensal de Paranã- TO

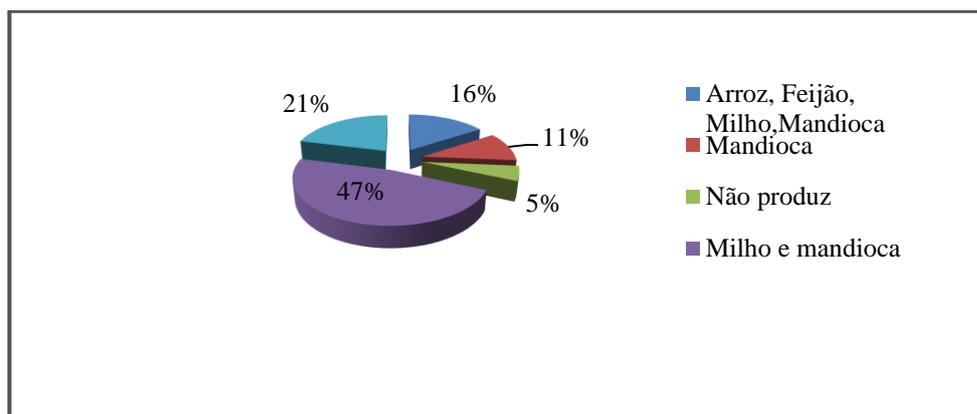


Fonte: SMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2010.

Em consequência disso, alguns alimentos que antes eram produzidos abundantemente, como o arroz, tiveram queda na produção deixando de suprir as demandas. A agricultura passa a ser insuficiente para a geração da renda necessária para algumas famílias. Alguns camponeses vão deixando, gradualmente, de cultivar parte dos próprios alimentos em razão de não dispor de recursos suficientes para lidar com o baixo índice e má distribuição das chuvas ao longo dos períodos chuvosos. Desse modo, a produção agrícola alterou quanto à variedade de culturas, sobretudo a partir de 1990, mas não deixou de ser a base da sustentação das famílias que enfrentam persistentemente as dificuldades existentes.

As dificuldades nas atividades agrícolas decorrentes da irregularidade das chuvas acabam enfraquecendo a produção. Este fator leva os camponeses a comprar no mercado urbano produtos que eles deveriam estar vendendo o excedente da produção familiar. No gráfico 2 podemos ver a proporção dos camponeses que permanecem cultivando os alimentos básicos, mesmo diante dos problemas enfrentados.

Gráfico 2- Percentual de famílias sobre os tipos de produtos cultivados



Fonte: TAVARES, 2018.

Vale ressaltar que além dos produtos descritos no gráfico 2 outros tipos também são cultivados, mesmo em quantidades menores e apenas por algumas famílias. Como exemplo disso, tem-se: abóbora, melancia, melão, batata doce e quiabo. Estes vegetais são complementares, mas de acordo com os dados levantados, a maioria das famílias não consegue produzir todos eles em seus sítios. Isso acontece em razão das adversidades citadas, e das dificuldades específicas de cada família, como a quantidade de mão de obra disponível para o trabalho nas plantações. É importante levar em consideração que:

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve fornecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a, aprimorando-a e diversificando-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com diversidades incertezas e caprichos. Aqueles que envolvem na coprodução precisam enfrentar ciclos de desdobramentos (o desenvolvimento de uma plantação, o crescimento dos bezerros até virarem vacas adultas e, em seguida, vacas leiteiras) e transformar as suas observações retornando-as a esses ciclos, adaptando-as de diversas formas, algumas grandes, outras pequenas. (PLOEG, 2016, p. 60).

Neste contexto, ressaltamos que os desafios das práticas produtivas camponesas não são oriundos apenas das adversidades ambientais, mas também das peculiaridades do próprio modo de produção. Tais peculiaridades são enfrentadas como rotina do próprio modo de vida camponês e da forma como eles lidam com a natureza respeitando o seu ritmo de produtividade. Desse modo, o que gera desequilíbrio não é a produção em pequena escala,

mas sim as condições extremas em que o sustento das famílias é comprometido, como ocorre no caso em estudo.

Pode-se entender que, assim como os problemas territoriais, as dificuldades produtivas também são enfrentadas para manter o campesinato no município de Paranã. A insuficiência das políticas públicas no campo apenas influencia nas condições produtivas, mas não impede a reprodução social camponesa. Assim, a luta e resistência às diferentes adversidades é o que sustentam o modo de vida camponês dentro de suas especificidades sociais e culturais.

Além das dificuldades enfrentadas na agricultura é importante lembrar que a pecuária, que é a outra principal fonte de renda na Comunidade Angical, também enfrenta problemas em razão da falta de água nos períodos de estiagem. As criações de galinhas, porcos, gados, equinos e muares são mais comuns e têm sustentado por meio de alternativas adotadas pelos próprios camponeses diante da falta de águas superficiais. Entretanto o enfrentamento eficiente da situação ainda carece de acesso a recursos que, até então, muitas famílias não conseguem.

Todos os camponeses exercem alguma atividade na pecuária, mas ela não é avançada do ponto de vista qualitativo e quantitativos na comunidade, ainda que seja uma das principais fontes de renda. O quantitativo de animais criados por cada família também é uma questão a se refletir, pois varia em pequenas quantidades e variedades. Os dados da pesquisa demonstraram que 58 % das famílias criavam somente gado e galinha enquanto 32 % criavam gado, cavalo, galinha e porco. Isso significa que na maioria dos sítios as variedades das criações são pequenas.

Resolver o problema da falta de água para a criação de animais é mais simples que para a agricultura, pois demanda uma quantidade menor e técnicas menos avançadas, precisando, portanto, de menor investimento. Neste sentido, a implementação e implantação de políticas públicas eficazes voltadas a essa questão no município seria uma alternativa. Entretanto, além destas políticas serem insipientes, o acesso a elas não é simples para os camponeses. Sobretudo, no que refere a créditos destinados à agricultura.

O acesso às políticas públicas voltadas ao enfrentamento das adversidades ambientais foi algo desconhecido pela comunidade até por volta de 2010. Os problemas sempre foram vistos como desequilíbrios da natureza que somente ela poderia resolver ao “normalizar”. Em razão disso, a falta de água superficial se tornou um fator limitador, passando a ameaçar

até mesmo a permanência dos camponeses no campo. De acordo com dados coletados em trabalho de campo, em 89% das residências já ocorreu falta de água até mesmo para o consumo humano.

Este déficit de água é referente à disponibilidade hídrica superficial, que não depende de grandes investimentos para exploração. No entanto, a captação de águas subterrâneas passou ser a melhor alternativa, mas tendo como empecilho as dificuldades financeiras dos camponeses. Por esse motivo, somente quando começa a surgir algumas políticas assistenciais ou de créditos para o município, contemplando a comunidade, que novas perspectivas surgem.

As principais ações realizadas pela Prefeitura Municipal, até o momento da pesquisa, foram a construção de um açude (conhecido como barragem comunitária) e de um poço artesiano comunitários. Estas ações beneficiaram algumas residências apenas, pois as mais distantes não conseguiram usufruir destes recursos. Outro problema que dificultou foi o cercamento das posses de cada família, que acabou provocando o isolamento do acesso ao açude. Os entrevistados apontaram ainda que, devido à má instalação, a distribuição da água do poço ficou comprometida até mesmo para os moradores mais próximos.

Estas políticas não são implantadas de forma satisfatória e nunca foram suficientes para resolver o problema hídrico na Comunidade Angical e nem em outras partes do município de Paranã. Assim, há ainda, uma demanda evidenciada nas conversas com os camponeses entrevistados. Atualmente, a perfuração de poços artesianos está sendo a alternativa mais viável, entretanto, muitas famílias não conseguem fazer isso, por dificuldades financeiras.

Em entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de Paranã, também vereador do município, ele relatou que a realidade do campo no município é bastante grave no que refere às estiagens e que é preciso encontrar alternativa para garantir um futuro melhor para o “homem do campo”. O entrevistado citou que há uma preocupação também com a questão das queimadas, que dificultam a produção agrícola. Entretanto, segundo ele não havia nenhum projeto concreto em prática voltado aos problemas citados, tendo apenas algumas iniciativas já em pauta. Desse modo, podemos entender que as dificuldades estão tanto na implementação quanto na implantação das políticas públicas no campo, mesmo nos casos em que os gestores estão cientes das demandas.

Uma política pública assistencial de grande abrangência foi o programa *Água para Todos*, do Governo Federal, que promoveu a instalação de cisternas estruturadas para captação de água das chuvas. As estruturas foram instaladas na maioria das casas da comunidade a cerca de um ano antes da pesquisa, mas não foram encontradas surtindo os resultados esperados em todas as residências. O aspecto mais preocupante é saber que os motivos de não ter surtido os efeitos estão relacionados, em parte, à falha na implantação do programa.

As referidas cisternas se encontravam instaladas ou em processo de instalação em todas as residências no período da pesquisa. Entretanto, algumas não estavam captando água o suficiente para encher completamente, devido baixa quantidade de chuvas. Outras captavam quantidades insignificativas de água devido às falhas nas instalações, que impossibilitaram o processo, dependendo de correções na estrutura que algumas famílias não haviam conseguido fazer e acabaram não tendo água armazenada.

Neste contexto, o referido programa não é ainda uma solução para os problemas das estiagens e falta de água na comunidade em estudo, assim como também não é uma questão resolvida em âmbito geral no município de Paranã e na Região Sudeste do Tocantins onde está localizado. Com isso, as alternativas de acesso à água durante os períodos secos ainda variam muito de uma residência para outra. Na tabela 1 podemos perceber o quadro desta diversificação na Comunidade Angical.

Tabela 1 - Água consumida na Comunidade Angical

Tipos de fonte	Famílias Entrevistadas	Percentual
Poço/cisterna	8	42%
Poço artesiano próprio	8	42%
Poço artesiano comunitário	3	16%
Total	19	100%

Fonte: TAVARES, 2017.

É possível perceber na tabela 1 uma proporção significativa das famílias entrevistadas que possuem poço artesiano próprio. A tendência é todos optarem por esse tipo de captação de água subterrânea, pois a modalidade de poço raso, conhecido como cisterna, não permanecem mais com água durante os seis a oito meses de estiagem. Entretanto, como foi apontado, o custo da perfuração e instalação de um poço artesiano ainda está fora do orçamento de várias famílias.

Nestes aspectos, o acesso a créditos através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi uma das políticas públicas que mais fortaleceram o enfrentamento dos camponeses às adversidades ambientais. Foi por meio deste recurso que os camponeses conseguiram construir o próprio poço artesiano e investir um pouco na estrutura dos seus sítios.

Percebe-se que através destes recursos as situações das famílias melhoraram, no sentido de organizar as propriedades de forma a garantir uma produção suficiente para manter o sustento financeiro. A formação de pastos para melhorar a criação de gado é uma alternativa nova mais que parece estar avançando. Durante a pesquisa foram percebidas apenas áreas de pasto pequenas. Ficou claro no posicionamento de alguns camponeses que há preocupação em preservar as áreas mais propícias para a agricultura tradicional.

Assim, começaram a surgir alternativas de resistências quanto aos problemas das atividades produtivas na agricultura e na pecuária na comunidade. Mesmo diante dos problemas naturais e sociais a luta pela permanência no território ganha uma dimensão, na qual o valor da terra está muito além daquilo que é atribuído a ela como um meio de produção. Neste sentido, as ações das famílias estão mais voltadas à manutenção das suas práticas sociais dentro do modo de vida vigente, mas incorporando novos recursos que possam dar sustentação para isso no contexto em que vivem.

Elementos essenciais de resistência às adversidades sociais e ambientais na Comunidade Angical

Função social da terra, trabalho e a renda familiar

No caso da comunidade estudada, onde 79% das famílias já sofreram alguma ameaça de expropriação por latifundiários, uma das funções sociais da posse da terra é garantir a existência da base material deste território, possibilitando a reprodução dos demais elementos que compõem a organização social da comunidade. Dessa forma, os benefícios sociais do acesso à terra são mais amplos no que refere à reprodução das práticas cotidianas no território.

O acesso à terra tanto para morar quanto para produzir é e sempre foi uma condicionante para o surgimento do grupo social estudado, para sua permanência e crescimento. O significado deste espaço físico e social para os camponeses não está apenas no valor da propriedade, mas também nas possibilidades de reprodução das práticas sociais

e culturais que necessitam para garantir a qualidade de vida dentro dos padrões básicos da dignidade humana. Além disso, é neste arranjo socioterritorial que surge a possibilidade da construção da autonomia cultural da classe social em questão.

Considerando estes aspectos, é possível entender que dentro da lógica camponesa em que vivem os posseiros da Comunidade Angical, o papel social da terra é cumprido em todos seus sentidos, do ponto de vista econômico, cultural e ambiental. Tanto é que o cenário presenciado na comunidade não está distante do que diz no Art. 186 da Constituição Federal de 1988, em que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2017, p. 149).

Conforme o que está na Constituição, o mais preocupante quanto aos benefícios produzidos mediante a posse ou propriedade da terra é saber se este domínio está contribuindo com o bem-estar social de todos os envolvidos direto ou indiretamente. Neste viés, a função social da terra é plenamente presente nos casos onde há produção agrícola em harmonia com os recursos naturais e por meio de relações de produção que não exijam submissão à exploração do trabalho. Estas características são visíveis na comunidade em estudo, onde a base econômica da comunidade é a produção familiar que nela ocorre.

É importante lembrar que a produção agrícola e pecuária, mesmo diante das adversidades discutidas, ainda é considerável, permitindo a vida digna dos camponeses sem haver dentro das relações internas do grupo as relações assalariadas de trabalho. É a força de trabalho familiar que move a produção necessária ao grupo. Isto vai de encontro ao que Chayanov defende ainda no início do século XX, sobre as especificidades da economia não capitalista no modo de vida camponês:

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna dessa exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Neste aspecto, a realidade da Comunidade Angical coaduna com o sentido em que é empregada a força de trabalho, a qual é voltada à produção ou aquisição dos bens de utilidades básicas. Não há exploração de mão de obra para a geração de lucro, pois a finalidade de cada família é manter sua propriedade produzindo para o sustento e não para a acumulação de capital. Os próprios camponeses, em questão, não exploram o trabalho assalariado produzindo mais-valia¹. Entretanto, para a complementação da renda familiar alguns se submetem a esse tipo de trabalho periodicamente, fora da comunidade.

A adesão ao trabalho assalariado pelos camponeses da Comunidade Angical não é algo recente, entretanto, nos dias atuais se intensificou. Nos meses do ano em que as atividades agrícolas diminuem os camponeses prestam serviços nas fazendas vizinhas, ou até mesmo em lugares distantes, como uma alternativa de complementação da renda familiar. Durante a pesquisa de campo ocorreram algumas situações em que membros da família, sobretudo o pai, estavam prestando serviço em outras localidades, mesmo sendo época de colheita. Podemos entender então que:

[...] presença de *trabalho acessório* é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. (OLIVEIRA, 2001 b, p. 57).

Foi possível perceber que, para alguns camponeses, o trabalho assalariado é uma das formas de acesso ao dinheiro para a compra daquilo que não produzem. Isto se explica pelo fato da venda do excedente da produção agrícola e pecuária não ser suficiente para suprir a demanda da família.

Neste contexto, a abertura para a prestação de serviço em fazendas ou outras localidades, não configura uma quebra da produção familiar. Ela é muito mais o incremento da renda necessária para lidar com as adversidades produtivas e com as novas demandas de consumo que o cenário social vigente exige. Portanto este fato pode ser entendido como um elemento de resistência fundamental para a permanência dos camponeses na comunidade mantendo a luta diante dos conflitos territoriais existentes.

¹ No entendimento de Oliveira (2007, p. 20), *mais-valia* é a parte do valor criado no processo de produção que não é retornada o trabalhador e sim apropriada pelo capitalista, dono dos meios de produção, como lucro.

A territorialidade, os valores simbólicos e o sentido de pertencimento

A construção historicamente consolidada de significados sobre a Comunidade Angical, para as famílias que surgiram e permanecem nela, tem influências significativas para a resistência do grupo. São valores simbólicos que dão sentidos na existência das relações de convivências estabelecidas na comunidade. Durante as entrevistas algumas pessoas relataram que a relativa harmonia entre elas é um dos motivos de gostarem do lugar. Um exemplo disso é o caso da camponesa TSA, que faz uma comparação entre a vida na *roça* (comunidade) e na *rua* (cidade):

O povo diz: Não, que é que cê vai fazer na roça? Eu digo: Não, eu não acho agasalho na rua não. E falo: Eu vou me embora pra onde eu nasci. Aquí é mais sossegado rapaz... Agente vive e dorme, assim mais sossegado. Na rua cê fica assim um pouco assustado, com certas coisas né, da violência que tá tendo. Nas fazendas também tem, mas graças a Deus e o pai eterno, aqui nunca aconteceu e nem Deus vai deixar, né? Então a gente não pode dizer que é ruim, né? Tá bom. Eu acho que tá bom né. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Neste depoimento da entrevistada T.S.A., é possível perceber que a identidade com o lugar em que vive é um elemento que fortalece o sentido do espaço construído na luta dos camponeses. O fato de ter uma boa convivência com a vizinhança, sendo um lugar menos violento que a cidade, repercute na territorialidade pelo fato de contribuir com a identidade dos camponeses com o território. Neste contexto o vínculo de cada família com a comunidade ocorre tanto em razão de fazer parte de uma mesma luta pela terra quanto pelo fato de terem criado laços de convivência que dão sentidos a vida no referido lugar.

A territorialidade do grupo social estudado não se sustenta apenas no valor dado ao espaço físico em construção, mas também nas relações sociais que formam o espaço geográfico. O conjunto das ações coletivas e individuais converge para um objetivo semelhante no que refere ao significado dado ao território. Além disso, os motivos que levam os camponeses a esforçar para manter suas condições de reprodução social giram em torno da necessidade da terra para reproduzir com autonomia o modo de vida, e da identidade com a comunidade. Neste sentido é importante levar em consideração que normalmente:

Quando tais grupos reivindicam o direito a diferença estão reivindicando o direito à autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente

sua existência, mas também o direito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes, de formas de crenças que constituem sua existência, sua cultura e sua cosmologia. (CRUZ, 2014, p. 64).

É neste sentido que o imaginário simbólico construído pelas experiências sociais e culturais faz os camponeses se sentirem pertencentes à comunidade e ao lugar em que vivem. De acordo com alguns entrevistados da Comunidade Angical, lá é o melhor lugar para viver. Trata-se de uma afirmação que provém das possibilidades que o acesso ao território os garante. Portanto, o acesso ao espaço produzido e em reprodução torna-se condição básica para a permanência do modo de vida existente.

O vínculo com os elementos simbólicos da história local é um elemento fundamental da representação espacial que os membros da comunidade têm sobre ela. Durante observações e diálogos com os idosos entrevistados ficou claro que os acontecimentos históricos estão na base do valor atribuído ao lugar e ao território. O lugar onde os filhos nasceram e cresceram, por exemplo, representa uma continuidade da construção espacial que os camponeses tentam manter para sempre. Do mesmo modo, pretendem manter a existência da casa onde moram desde o nascimento ou onde seus pais ou avós nasceram e viveram. Neste contexto, é importante considerar que:

[...] os elementos simbólicos não são apenas subsidiários de poderes voltados à dominação. Concomitantemente, capacitam os homens a cimentar relações de integração, cooperação, vínculos de solidariedade, sentimentos de pertencimento entre as pessoas e grupos, cujas sociabilidades engendram territorialidades que impõem mudanças e novas formas-conteúdos às relações de poder que compõem a vida social. (FLÁVIO, 2011, p.33).

Por estes e outros motivos, a luta pela permanência no território está ligada ao vínculo que o grupo social tem com o espaço reconstruído por ele. Conforme os depoimentos das entrevistas, sair daquele lugar significa uma perda da construção histórica que eles têm. Para alguns a comunidade representa parte de sua existência, tendo significado que vai muito além do lugar onde mora. Consideram, nos depoimentos, a ideia de um lugar onde viveu até o presente momento como o mais ideal para continuar a vida.

Além disso, ressaltamos que a identidade com o modo de vida aparece como um dos elementos sustentadores da permanência dos camponeses na Comunidade Angical. Assim, a territorialidade construída pelas práticas e vivências no território em questão contribui com

a motivação para a luta pela permanência na terra e pela continuidade do modo vida camponês. Portanto, estes elementos simbólicos, presentes nas representações sociais e espaciais dos sujeitos, contribui com a existência e trajetória de luta do grupo social ao qual pertencem.

A relação campo-cidade nas práticas sociais da Comunidade Angical

A relação entre *campo* e *cidade* que apresentamos parte do pressuposto de que estes dois termos representam as bases materiais do espaço geográfico. Neste sentido, consideramos o que Biazzo (2008) fala sobre esta questão. Tendo como base diversos autores que discutem o tema, como Milton Santos e Henri Léfèbvre, ele explica que as relações entre o campo e a cidade:

Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social. (BIAZZO, 2008, p.143).

Neste contexto, damos atenção ao conjunto das práticas sociais cotidianas dos camponeses dentro da comunidade e fora dela, no caso das ações vinculadas à cidade. Além disso, damos foco à reprodução contínua dessas ações no campo, enfatizando o aparecimento de elementos considerados urbanos e suas influências no modo de vida da comunidade estudada. Os motivos e consequências das mudanças no nível de aproximação da vida na cidade com a vida no campo é outra questão a ser considerada na resistência do modo de vida camponês da Comunidade Angical.

A relação campo-cidade tornou-se mais estreita nas últimas duas décadas, em razão da evolução no sistema de mobilidade usado pela população do campo no município de Paranã. Estas mudanças foram significativas na Comunidade Angical permitindo um fluxo mais intenso das pessoas, as quais passaram a visitar a cidade com maior frequência e com menos sacrifício. Nos depoimentos dos idosos entrevistados ficam claras as alterações que houveram nas últimas décadas, sobretudo, quando eles comparam com a realidade de um passado mais distante, normalmente de meado do século XX, como aparece na fala dos seguintes entrevistados:

Esse povo nesse tempo, já dos meus irmãos pra cá, era Paranã e Arraias que eles frequentavam. Naquele tempo era marcada a viagem, assim de um mês no outro, quinze dias, conforme. Tudo era montado a cavalo. Era difícil. Era assim saltado. Não era como hoje, que todo dia tá na cidade. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Era aqui no Paranã. Lá não tinha nada. Só morador mesmo. Era fazendas, umas fazendas maior assim, e os morador mais velhos, né? Era essas coisas não tinha povoado não tinha nada. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017).

Estas dificuldades de mobilidade entre o campo e a cidade citadas pelos entrevistados são características do momento histórico relatado, no qual os meios de transporte no campo à base de animais ainda eram os principais no município. Entretanto, mesmo diante de grandes esforços o isolamento no campo nunca foi possível, como podemos ver nas falas dos entrevistados. O papel da cidade, como centro comercial e administrativo e político incentiva a relação com o campo. Assim, as comunidades camponesas intermediam suas ações entre estes dois espaços.

Desde o início da formação da comunidade, no início do século XX, até por volta de 1990, todos os deslocamentos eram feitos a pé ou a cavalo. Deste período em diante começa o uso de bicicleta e posteriormente de motocicletas e carro, que predominam atualmente. Na medida em que as vias de acesso (estradas) vão surgindo e os meios de transporte motorizados vão se popularizando os camponeses começam a ter acesso a eles para uso nos deslocamentos cotidianos.

O meio de transporte predominante passa ser motocicleta, sendo usado por 79% das famílias. Por ser uma alternativa acessível, os camponeses passaram a ter maior mobilidade, encurtando, assim, a distância entre cidade e campo na Comunidade Angical. Com isso estes dois espaços passam a fazer parte das relações sociais cotidianas dos camponeses que buscam os serviços públicos e outros recursos urbanos.

Além disso, surge o Distrito Bom Jesus da Palma, que fica muito próximo (cerca de 10 km) da Comunidade Angical. Muitas famílias frequentam mais este povoado que a sede do município, pelo fato de ser mais perto e já contar com os serviços públicos básicos e um comércio razoável. Inclusive, segundo dados coletados no campo, todos os estudantes da Comunidade Angical passaram a estudar em escola deste povoado, tendo transporte

fornecido pelo município. Desse modo, o referido povoado assume importância na territorialização e resistência da comunidade.

Estas alterações ocorridas na relação campo-cidade, evidentemente, contribuem com a permanência dos camponeses na comunidade, pois parte das dificuldades são superadas, na medida em que o isolamento do local diminui. O grupo social estudado desde sua origem nunca foi autossuficiente, dependendo sempre de recursos externos. A mobilidade espacial acaba sendo um elemento necessário para a reprodução das práticas sociais e culturais básicas.

A situação da produção agrícola apresentada vem forçando os camponeses a necessitar do comércio urbano. Primeiro, porque a criação de gado e a agricultura a cada momento requerem maior uso de insumos comprados na cidade. É também na cidade que mais ocorre a venda do excedente agrícola e, quando a produção de alimento na comunidade é insuficiente, ocorre a compra no comércio urbano.

As relações produtivas do campo passaram a ter uma necessidade crescente de recursos localizados na cidade. Recursos que vão destes insumos até a questão burocrática de controle da produção, sobretudo da criação de gado. Com isso a produção no campo não ocorre de modo independente das influências do espaço urbano, que ainda permanece como regulador das relações econômicas e de produção, até mesmo no que refere as práticas produtivas camponesas. Assim é crucial levar em consideração que:

A cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isso é, urbano-residentes. Às atividades e profissões tradicionais juntam-se novas ocupações e às burguesias e classes médias tradicionais juntam-se as modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores. (SANTOS, 2000, p.44).

Diante disso, o fluxo entre campo e cidade é permanente, mesmo nas cidades pequenas, como o caso de Paranã- TO, onde a baixa qualidade da infraestrutura no campo dificulta o deslocamento das pessoas e da produção. No município há problema para o escoamento dos produtos agrícolas em épocas chuvosas, pois a ausência de pontes sobre alguns córregos impede a passagem de carros e motos. Dessa forma, ocorre um relativo bloqueio das vias de acessos em determinadas épocas do ano, normalmente, no período em que a produção agrícola é maior.

Vale ressaltar que isso não é um caso específico da comunidade Angical, mas também de outras várias localidades no município de Paranã. Neste contexto, por mais que existam diversas estradas que dão acesso a Comunidade Angical, ainda há problemas a serem resolvidos. Sobre essa questão, durante entrevista, a chefe de unidade do Ruraltins, que acompanha a situação dos Trabalhadores rurais no município relata:

Tem propriedade lá que para você chegar na propriedade você tem que deixar o carro a 200, 300 metros ou até 1000 metros, ou mais, para poder chegar, para ter acesso, para poder atender aquela família que está ali. Paranã ainda está em atraso com relação a isso aí. Eu acredito que melhorando essas vias de acesso, melhora muito mesmo para a comunidade. (S.C.S., Chefe de Unidade do Ruraltins, Paranã- TO).

Estas maiores dificuldades atingem, principalmente, os moradores mais recentes da comunidade que estão em locais nos quais ainda não passaram máquinas nas estradas que chegam às residências ou aqueles mais antigos onde as estradas passam muito tempo sem manutenção. Estas situações mostram que mesmo diante dos avanços com o surgimento das estradas, o problema da mobilidade no campo ainda é um obstáculo a ser resolvido para melhorar a produção agrícola e agropecuária. Considerando que a necessidade de deslocamento do que é produzido no campo para a cidade é inevitável, as condições das vias de acesso influenciam diretamente nas decisões e ações dos trabalhadores rurais.

Outro aspecto importante é que a integração entre as práticas culturais urbanas e rurais estabelece um estreitamento da relação campo-cidade que sai da noção de dependência de um espaço sobre o outro. É possível notar uma complementaridade cultural, sobretudo, pelo fato da população da cidade e do campo participar das mesmas manifestações culturais. Isso é bem claro no caso dos giros das folias no campo e das festas comemorativa tradicionais na cidade. A Festa do Divino marcada pela recolhida (encerramento) das folias, que ocorre junto com a Festa de São João Batista², é um exemplo dessa interação cultural entre o campo e a cidade.

Estas Festas, de cunho religioso, provocam uma grande movimentação da população do campo para a cidade entre os dias 20 e 26 de junho de todos os anos. A interação tanto

² A festa de São João Batista em Paranã ocorre entre os dias 20 e 25 de junho de todos os anos tendo como principais momentos as missas na Igreja Matriz de São João Batista (padroeiro da cidade) e a Procissão Fluvial que inicia no Rio Palma e finaliza no Rio Paranã.

dos organizadores quanto dos participantes do campo e da cidade é conjunta durante estes eventos. Com isso, não é possível ver claramente uma barreira cultural entre a cidade e campo, no caso do município de Paranã.

Além disso, há uma integração cultural que parte também da difusão dos meios de comunicação no campo. Na Comunidade Angical, por exemplo, o fato de a maioria das famílias possuir energia elétrica em casa, possibilitando o uso dos meios de comunicação, contribui com a integração com a cidade. Isso permite uma rede de comunicação mais dinâmica, gerando maior interação entre estes espaços, o que pode ajudar a superar a ideia de inferioridade que historicamente foi construída sobre campo.

É neste sentido que Alves (2012) defende que há uma intersecção nas práticas sociais que ocorrem no campo e na cidade, as quais repercutem na reprodução do espaço geográfico. Segundo ele, o espaço rural passa a ter uma multifuncionalidade crescente que possibilita, cada vez mais, a existência de elementos socioespaciais considerados urbanos (urbanidades) no campo.

Por estes e outros motivos já é notável uma mudança na visão que se tem sobre a vida no campo, no município de Paranã. Se antes o campo era visto como espaço “atrasado” pelo fato de conservar mais as tradições e diferenciar completamente da zona urbana, no período contemporâneo este quadro muda, pois há diversos elementos comuns aos dois espaços. Estes elementos que provocam a correlação entre as práticas sociais e culturais são frutos do processo de alteração do arranjo espacial em que se encontra o município no período histórico vigente. Portanto, a relativa incorporação desses elementos não ocorre apenas como destruição do modo de vida tradicional das comunidades camponesas, mas também, como formas de adaptação às novas relações sociais que aparecem nos mais diversos lugares.

Neste contexto, as influências das relações campo-cidade sobre a trajetória de luta dos camponeses provocam diferentes efeitos nos campos político, econômico e cultural que repercutem na resistência territorial. A forma como estas relações ocorrem pode ser vista como um elemento de resistência pelo fato delas não eliminar as práticas socioculturais tradicionalmente consolidadas nas comunidades camponesas. Neste sentido, ajudam a manter a reprodução socioespacial destes grupos sociais em que os sujeitos envolvidos têm campos de ações cotidianas que vão além das relações internas.

Portanto, os elementos de resistência aos problemas de ordem ambiental e social da Comunidade Angical se diversificam em fatores ligados as próprias práticas sociais e alternativas que o grupo encontra para se manter no território. Os conflitos territoriais, as dificuldades produtivas e a insuficiência das políticas públicas são dificuldades que o grupo social em questão enfrenta por meio das estratégias que o próprio modo de vida camponês tem para lidar com estas situações. Mas, também, incorporando algumas estratégias novas que os faz permanecer na luta, mesmo diante de algumas transformações nas práticas sociais e culturais tradicionais.

Considerações

Com base nos estudos realizados foi possível perceber que é preocupante a situação do grupo social estudado, o qual lida com diversos problemas de ordem ambiental e social que afetam a lógica de produção social na qual está inserido. A título de exemplo, tem-se o problema das estiagens prolongadas e, conseqüentemente, a falta de água para todos os tipos de uso. Trata-se de um problema que dificulta a produção agrícola e a pecuária que são as atividades econômicas básicas. Em alguns momentos a falta de água chega a ameaçar a permanência de algumas famílias no campo, por não ter alternativas ao alcance.

Quanto a essa situação, um aspecto questionável é a inércia do poder público durante muito tempo, no que refere às questões sociais do campo no município de Paranã. Isso ficou claro no fato de somente a partir da segunda década século XXI algumas políticas públicas começam a ser direcionadas à questão. É um enfrentamento que passou a ter um relativo apoio de políticas públicas, mas tendo necessidade de avanços no que refere à eficácia e abrangência destas políticas. As ações governamentais direcionadas ao referido problema não têm sido suficientes para resolver os problemas por duas razões básicas: o baixo investimento e a má aplicação dos recursos, em razão de falhas na implantação dos projetos e programas destinados a isso.

Neste contexto, os fatos investigados permitem o entendimento de que a reprodução do campesinato não depende apenas do acesso à terra, embora seja a condição primordial. O acesso às políticas públicas voltadas à assistência dos camponeses é essencial para o enfrentamento de alguns problemas enfrentados no cotidiano. Assim, mesmo sabendo que o Estado tem sido negligente com a questão do campesinato, percebe-se que a luta dos camponeses, no período histórico vigente deve ser centrada no acesso à terra (que é a base

da resistência) e às políticas públicas direcionadas à melhoria reprodução social dos camponeses.

Neste contexto, a via de resistência às múltiplas adversidades enfrentadas tem partido dos próprios camponeses. A adesão a novas fontes de renda familiar, como o trabalho assalariado, e a interação mais intensa com o espaço urbano tem sido uma das alternativas. Além disso, há elementos do modo de vida consolidado na comunidade que fortalecem a territorialidade e posicionamento dos camponeses.

O vínculo criado com o território e com as práticas culturais aparece como um dos elementos que dão sustentação aos camponeses diante dos conflitos e outras dificuldades enfrentadas. Assim, o modo como eles veem a comunidade e se sentem parte dela é fundamental para o enfrentamento da luta. Entretanto, é evidente a necessidade de comprometimento do poder público com a situação dos camponeses e demais populações do campo.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira:** apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 16, n. 3, set./ dez. 2012.
- BLAZZO, Pedro Paulo. **Campo e rural, cidade e urbano:** distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, 2008. p. 132-150.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil -1988.** Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. p. 518.
- CHAYANOV, Aleksander Vesilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato** (org). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.
- CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho. **Identidade, território e resistência.** 1. ed. Rio de Janeiro:
- FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia Programa de Pós-graduação em Geografia, Campus de Presidente Prudente. São Paulo, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=171620&idtema=90>> Acesso em: 30 de março de 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Estudos Avançados v.15, n.43 São Paulo: Set./Dez. 2001a.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Pulo: Contexto, 2001b.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. 1. ed. São Pulo; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. São Paulo: Record, 2000.

TOCANTINS. Governo do Estado. SMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório Final do Contrato 156/99** (Estudos Hidrogeológicos da Região Sudeste do Estado do Tocantins). 2010. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269483/>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

Submetido em: julho de 2020.

Aceito em: fevereiro de 2021.